

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 02.762.115/0001-49

NIRE 33.3.0026111-7

(Companhia Aberta)

**Proposta da Administração à
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
a ser realizada no dia 27 de abril de 2017, às 11:00 horas,
conforme Edital de Convocação divulgado.**

Senhores Acionistas,

A Administração da **MMX Mineração e Metálicos S.A. – Em Recuperação Judicial** (“Companhia” ou “MMX”), nos termos da legislação pertinente e do Estatuto Social da Companhia, objetivando atender aos interesses da Companhia, vem propor a V.Sas., em razão da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o que segue:

Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2016:

A administração da Companhia propõe que os Acionistas apreciem e, após atenta consideração, aprovem as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração conforme aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 24 de março de 2017, bem como aprovem as contas dos administradores e tomem conhecimento do Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração serão oportunamente publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Monitor Mercantil. Os referidos documentos juntamente com o parecer dos auditores independentes e o formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP encontram-se disponíveis para consulta no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBovespa (www.bmfbovespa.com.br) e da MMX (www.mmx.com.br), nos termos da Instrução CVM 481/09.

(ii) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2016:

O lucro do resultado do exercício de 2016, de R\$ 412.821 mil será integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados, de R\$ 5.793.668 mil.

(iii) Eleger os membros do Conselho de Administração:

A administração da Companhia propõe que sejam reeleitos, com mandato de 1 (um) ano, até a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2018, os seguintes membros para o Conselho de Administração:

Pedro de Moraes Borba	Presidente
Flávia Soeiro do Nascimento	Conselheira Independente
Julio Alfredo Klein Junior	Conselheiro
Ricardo Furquim Werneck Guimarães	Conselheiro
Linhong Zhang	Conselheiro

(iv) Fixar o Montante Global Anual da Remuneração dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria):

A administração da Companhia propõe a aprovação dos seus acionistas, (a) a ratificação do montante efetivamente despendido pela Companhia a título de remuneração bruta para os Administradores da Companhia no exercício social de 2016, que se estende até esta Assembleia Geral Ordinária, de R\$ 7.914.370 (sete milhões novecentos e quatorze mil trezentos e setenta reais); e (b) a fixação da remuneração bruta para os Administradores da Companhia no exercício de 2017, no montante global de até R\$ 7.677.034,00 (sete milhões, seiscentos e setenta e sete mil e trinta e quatro reais), a ser distribuído em razão das responsabilidades assumidas, do tempo dedicado à Companhia e da competência profissional de cada Administrador.

Em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se disponíveis no Anexo II desta Proposta as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência. Tais informações também estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.mmx.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa (www.bovespa.com.br).

Adicionalmente, os comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, encontram-se disponíveis no Anexo I à presente proposta e no site da Companhia (ri.mmx.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa (www.bovespa.com.br).

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(i) aprovar o cancelamento dos Títulos de Remuneração Variável baseados em Royalties (MMXM11), que permaneceram de posse da Companhia:

A administração da Companhia propõe a aprovação dos seus acionistas do cancelamento dos títulos de remuneração variável baseados em royalties emitidos pela MMX nos termos do “Instrumento de Títulos de Remuneração Variável Baseada em Royalties de Emissão da MMX Mineração e Metálicos S.A.” (“Títulos MMXM11”), os quais foram adquiridos pela MMX no âmbito da oferta pública de distribuição secundária realizada pela MMX, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03. Tal oferta foi direcionada aos titulares de Títulos MMXM11 e por meio dela foram ofertadas (a) quotas das classes A e B de emissão do Porto Sudeste Royalties Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Quotas”); e (b) títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da Porto Sudeste V.M. S.A. (“Títulos PortFin”), encerrada em fevereiro de 2015 (“Oferta Secundária”). Como desdobramento de tal Oferta Secundária, Títulos MMXM11 foram permutados de forma particular com detentores de PortFin e posteriormente devolvidos à Companhia e, portanto, deverão ser cancelados.

(ii) ratificar a aprovação de ajuste na remuneração do exercício social de 2015 que constou da Proposta de Administração do ano de 2016:

Por um equívoco, a aprovação de ajuste na remuneração do exercício social de 2015 que constou da Proposta de Administração do ano de 2016, mesmo após aprovação, não constou da ata final da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2016, de modo que a administração da Companhia propõe que sua ratificação seja colocada em pauta e aprovada pelos Acionistas.

(iii) atualizar os acionistas em relação à Recuperação Judicial da Companhia e sua subsidiária MMX Corumbá Mineração S.A. – Em Recuperação Judicial

Este item trata-se de um item sem caráter deliberativo (tão somente informativo) de modo a abrir a oportunidade para que os acionistas tirem suas dúvidas a respeito da Recuperação Judicial da Companhia e sua subsidiária MMX Corumbá Mineração S.A. – Em Recuperação Judicial, notadamente no que se refere ao Plano de Recuperação Judicial protocolado, em 23 de março de 2017, perante o Juízo da 4ª Vara Empresarial do Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro.

ESCLARECIMENTOS GERAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NESTA ASSEMBLEIA:

Para participar da Assembleia, os Acionistas deverão comparecer, pessoalmente ou representados por procurador, no local e horário da Assembleia, nos termos do respectivo Edital de Convocação, munidos dos seguintes documentos:

(a) Acionista Pessoa Física:

- (i) Documento de identidade do Acionista;
- (ii) Comprovante do agente custodiante das ações da MMX, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 02 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e
- (iii) Em caso de participação por procurador, documentação listada no item (c) adiante.

(b) Acionista Pessoa Jurídica:

- (i) Documento de identidade do representante legal ou procurador presente;
- (ii) Comprovante do agente custodiante das ações da MMX, contendo a respectiva participação acionária, datado de até 02 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral;
- (iii) Estatuto ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente;
- (iv) Documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso;
- (v) Se representado por procurador, a documentação do item (c) adiante; e
- (vi) Em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador relatados no item iv acima.

(c) Acionistas representados por procurador:

Caso o Acionista prefira ser representado por procurador, deverão adicionalmente ser apresentados os seguintes documentos:

- (i) Procuração, com firma reconhecida, emitida há menos de um ano da data de realização da Assembleia, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º da Lei 6.404/76). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos; e,
- (ii) Documento de identidade do Procurador.

Obs: Procurações outorgadas fora do Brasil deverão ser notariadas por tabelião público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por um tradutor juramentado.

A Companhia, visando facilitar a organização dos trabalhos, solicita que a documentação acima seja enviada com até 2 dias úteis da realização da Assembleia, por portador, correio ou correio eletrônico (neste caso o documento físico deve ser trazido no dia da Assembleia) dirigidos aos endereços abaixo:

Envio de Documentos Físicos:

A/C: Jurídico MMX
Av. das Américas, 3.500 salas 115/116 Barra da Tijuca
Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22640-102

Envio de Documentos por e-mail:

Favor colocar no assunto: Documentos AGOE MMX – 27.04.2017
E-mail: regina.arrigoni@mmx.com.br / ri@mmx.com.br

A Companhia ressalta, entretanto, que o envio prévio da documentação visa somente dar agilidade ao processo, não sendo condição necessária para a participação nesta Assembleia.

Por fim, a Companhia esclarece ainda que esta Proposta da Administração, bem como o Edital de Convocação à referida Assembleia, encontram-se disponíveis nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), e de Relações com Investidores da Companhia (ri.mmx.com.br). Adicionalmente, os documentos relacionados a este Edital, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM 481/09, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

Para mais informações, consulte o Manual para Participação de Acionistas na Assembleia Geral Ordinária disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.mmx.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa (www.bmfbovespa.com.br).

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

A Administração.

MMX Mineração e Metálicos S.A.

Conselho de Administração
Pedro de Moraes Borba - Presidente

ANEXO I

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia)

Em cumprimento ao artigo 09 da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia fornece, abaixo, as informações indicadas no item 10 do Formulário de Referência, regime informacional previsto na Instrução CVM nº 480/2009:

10. Comentários dos Diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2016 foi marcado pela manutenção das ações de reestruturação da MMX, especialmente pelo regular desenvolvimento do processo de recuperação judicial da subsidiária MMX Sudeste Mineração S.A. – em recuperação judicial (“MMX Sudeste”) e pelo pedido de Recuperação Judicial da Companhia (*i.e.*, da MMX Mineração e Metálicos S.A. – em recuperação judicial) e da subsidiária MMX Corumbá Mineração S.A. – em recuperação judicial (“MMX Corumbá”), este realizado no dia 25 de novembro de 2016, homologado pelos acionistas da Companhia em 16 de dezembro de 2016 e deferido pelo juízo em 20 de dezembro de 2016 (“Recuperação Judicial”).

Em 2016, a MMX continuou com as operações suspensas, mas manteve o rigor na gestão de seus recursos, de forma que o pedido de Recuperação Judicial se apresentou como alternativa para que a Companhia não faltasse com suas obrigações e pudesse sobreviver neste desafiador ambiente. A busca diária pelo corte de custos e contenção de despesas foi, em caráter de continuidade da política que já vinha sendo adotada, um dos principais focos da alta direção da Companhia.

No âmbito da recuperação judicial da MMX Sudeste, em 28 de outubro de 2016 foi concluída a alienação de determinados ativos reunidos em uma UPI - Unidade Produtiva Isolada, composta pelas minas de Ipê e Tico-Tico e respectivas unidades de processamento e barragens, além de demais ativos, contratos e licenças a elas relacionadas, para um grupo investidores.

O resultado da venda da UPI foi destinado em conformidade com o previsto no Plano de Recuperação Judicial.

A posição patrimonial e financeira da MMX Mineração e Metálicos S.A.- em recuperação judicial representa adequadamente, em todos os aspectos relevantes, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações para os exercícios findos de 2014 a 2016.

b. Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia está apresentada a seguir:

	2016	2015	2014
Acionistas controladores	57%	57%	57%
Recursos de terceiros	43%	43%	43%
	100%	100%	100%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As atividades operacionais da Companhia permanecem interrompidas na presente data.

Tendo em vista a aprovação do plano de recuperação judicial da MMX Sudeste Mineração S.A.(disponível para consulta em www.mmx.com.br e www.cvm.gov.br), requerido em 16/10/2014 e homologado em 23/09/2015, e a apresentação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e sua subsidiária MMX Corumbá, todas as suas dívidas foram (ou estão sendo) reestruturadas e serão integralmente quitadas na forma e nos prazos estabelecidos nos respectivos planos de recuperação judicial.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Não existem fontes de financiamento e de investimentos disponíveis. A MMX vem se autofinanciando através de cortes de seus custos e por meio da alienação de parte de seus ativos e de receitas extraordinárias.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme mencionado no item 10.1 d.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Controladora

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida da Controladora totalizava R\$ 133 milhões, sendo R\$ 133 milhões de curto prazo e R\$ 0 de dívida de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, a dívida da Controladora totalizava R\$ 151 milhões, sendo R\$ 4.8 milhões de curto prazo e R\$ 146.2 milhões de dívida de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2014, a dívida da Controladora totalizava R\$ 99.1 milhões, sendo R\$ 4.6 milhões de curto prazo e R\$ 94.5 milhões de dívida de longo prazo.

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida do Consolidado totalizava R\$ 133.5 milhões, sendo R\$ 133.5 milhões de curto prazo e R\$ 0 de dívida de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, a dívida do Consolidado totalizava R\$ 151 milhões, sendo R\$ 4.8 milhões de curto prazo e R\$ 146.2 milhões de dívida de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2014, a dívida do Consolidado totalizava R\$ 99.1 milhões, sendo R\$ 4.6 milhões de curto prazo e R\$ 94.5 milhões de dívida de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, as taxas de juros anuais sobre as dívidas em dólares norte-americanos ("US\$"), são como segue, em R\$ mil:

	Consolidado
Até 6%	133.532
6,1% até 8%	-
Acima de 8,1%	-
	133.532
Transferência de passivos relacionados a ativos mantidos para venda	-
	133.532

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas pertencem à controladora MMX Mineração e Metálicos S.A. e não possuem garantia real.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os atuais contratos financeiros da Companhia não impõem limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A tabela a seguir apresenta os valores em milhares de reais relativos às demonstrações dos resultados consolidadas para o período findo em 31 de dezembro de 2016 a 2014.

Demonstração de Resultados	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Receitas (despesas) operacionais líquidas	2.723	367	329.046
Custos dos Produtos Vendidos	(10.244)	(859)	(197.175)
Lucro Bruto	(7.521)	(492)	131.871
Despesas com Vendas	4	53.112	(411.020)
Despesas Gerais e Administrativas	(64.824)	(67.729)	(180.349)
Outras Despesas Operacionais, líquidas	484.165	219.354	(1.603.842)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(367)	(22.074)
Receitas Financeiras	84.273	52.140	55.481
Despesas Financeiras	(80.503)	(158.957)	(179.899)
Resultado Operacional	415.594	97.061	(2.209.832)
Imposto de renda e contribuição social	(2.773)	(990)	(13.856)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	412.821	96.071	(2.223.688)
Atribuído aos acionistas controladores	412.903	95.966	(2.218.348)
Atribuído aos acionistas não controladores	(82)	105	(5.340)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

Receita operacional líquida e Custo dos Produtos Vendidos

As atividades da Companhia permaneceram paralisadas durante todo o ano de 2016.

Despesas com vendas

As despesas com vendas durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de R\$ 4 milhões e R\$ 53 milhões, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de R\$ 64,8 milhões e R\$ 67,7 milhões, respectivamente. A redução das despesas gerais e administrativas reflete o esforço da administração para preservação do caixa e manutenção da Companhia.

Outras Despesas Operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais, líquidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de R\$ 484,2 milhões e R\$ 217,4 milhões, respectivamente. Grande parte dos valores registrados em 2016 decorreram da operação de venda da UPI Mina pela MMX Sudeste Mineração, somando R\$ 429 milhões. Do total registrado em 2015, R\$ 1.739 bilhões (despesa) referem-se ao reconhecimento de redução ao valor recuperável do projeto Serra Azul e da operação corrente.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 3.8 milhões (receita) e em 31 de dezembro de 2015, R\$ 106,8 milhões (despesa).

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram de R\$2.8 milhões (despesa) e de R\$ 990 mil (despesa), respectivamente.

Análise das variações do balanço patrimonial

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas patrimoniais em milhares de reais para o para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Em reais mil

	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014
Ativo Total	186.186	405.371	3.237.852
Ativo Circulante	109.026	319.433	345.393
Ativo Não Circulante	77.160	85.938	2.892.459
Ativo Realizável a Longo Prazo	75.565	81.321	2.886.631
Ativo Permanente	1.595	4.617	5.828
Passivo Total	186.186	405.371	3.237.852
Passivo Circulante	567.846	882.231	1.110.907
Passivo Não Circulante	91.772	257.301	2.955.236
Passivo Líquido	(473.432)	(734.161)	(828.291)
Capital Social Realizado	5.404.850	5.356.521	5.356.521
Reservas	58.688	(36.203)	(33.362)
Ajustes Acumulados de Conversão	5	5	5
Lucro (Prejuízo) Acumulado	(5.793.668)	(6.054.478)	(6.150.444)
Participação de Acionistas Não Controladores	3	6	(1.011)

Período encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

Ativo circulante

O ativo circulante encerrou seus saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em R\$ 109 milhões e 319 milhões, respectivamente.

Ativo não Circulante

O ativo não circulante encerrou seus saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em R\$ 77 milhões e R\$ 86 milhões, respectivamente.

Passivo circulante

O passivo circulante encerrou seus saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em R\$ 567 milhões e R\$ 882 milhões, respectivamente.

Passivo não circulante

O passivo não circulante encerrou seus saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em R\$ 91 milhões e R\$ 256 milhões, respectivamente.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido encerrou seus saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em (R\$ 473 milhões) e (R\$ 734 milhões), respectivamente.

Período encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014

Ativo circulante

O ativo circulante encerrou seus saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 em R\$ 319 milhões e 345 milhões, respectivamente.

Ativo não Circulante

O ativo não circulante encerrou seus saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 em R\$ 86 milhões e R\$ 2,9 bilhões, respectivamente. Esta redução foi decorrente da oferta pública para permuta dos títulos MMXM11, em R\$ 2,2 bilhões em abril de 2015.

Passivo circulante

O passivo circulante encerrou seus saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 em R\$ 882 milhões e R\$ 1,1 bilhão, respectivamente. Em 2015, o resultado positivo foi impactado pela reversão de R\$ 460 milhões referente a custos contratuais e provisão *Take or Pay* MRS de R\$ 225 milhões.

Passivo não circulante

O passivo não circulante encerrou seus saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 em R\$ 256 milhões e R\$ 2,9 bilhões, respectivamente. Os saldos em 2014 são representados basicamente pela obrigação a pagar dos royalties MMX11, de R\$ 2,8 bilhões, cuja oferta pública para permuta dos títulos ocorreu em abril de 2015.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido encerrou seus saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 em (R\$ 734 milhões) e (R\$ 828 milhões), respectivamente.

10.2 Comentários dos Diretores sobre

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de vendas de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se não há certeza significativa na sua realização.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais consolidados para os exercícios findos em 2016 a 2013 foram mencionados na nota explicativa das demonstrações financeiras, como demonstrado abaixo:

	2016	2015	2014	2013
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)
MRS Garantia dívida MMX Sudeste Mineração	(203.382)			
Receita UPI Mina	204.255			
Baixa estoques UPI Mina	(16.046)			
Baixa imobilizado UPI Mina	(302.025)			
Redução ao valor recuperável Imobilizado UPI Mina	302.025			
Baixa ágio UPI Mina	(508.354)			
Baixa direito retirada estoque UPI Mina	(61.305)			
Baixa direitos minerários UPI Mina	(22.111)			
Baixa custo para retirada de ativos UPI Mina	(29.923)			
Reversão valor recuperável intangível UPI Mina	621.692			
Baixa fornecedores UPI Mina	398.834			
Baixa Obrigações ligadas a retiradas ativos UPI Mina	45.681			
Ajustes provisões fornecedores	29.430	(146.670)	(364.829)	
Perdão dívida UPI Mina	-			
Redução ao valor recuperável - outras	154.630	365.916	(1.739.128)	(1.046.810)
Redução ao valor recuperável Ativo Mantido para Venda	(92.202)			
Equivalência Patrimonial e perda investimentos	(4.958)			
Perda venda outros ativos	(11.103)			
TAC	(12.958)			
Provisão para perdas no imobilizado mantido pra venda			(54.012)	
Baixa de investimentos Porto			689.399	
Provisão para perda de estoque				
Outras operacionais	(8.015)	(1.833)	(137.909)	(135.864)
	<u>484.165</u>	<u>217.413</u>	<u>(1.606.479)</u>	<u>(1.182.674)</u>

Os fatores que mais afetaram os resultados operacionais da Companhia foram aqueles relacionados com a venda da UPI Mina.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A MMX não registrou vendas em 2016 uma vez que tanto a sua subsidiária localizada em Minas Gerais – MMX Sudeste Mineração S.A. – Em Recuperação Judicial, quanto a subsidiária situada no município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul - MMX Corumbá Mineração S.A. – em Recuperação Judicial estavam com suas atividades operacionais suspensas, seja por problemas relacionados aos preços x custos, seja por problemas ambientais. Desta forma não houve variação de receitas atribuídas a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços. O valor registrado em dez de 2016 refere-se, em parte, ao recebimento dos valores decorrentes da venda da UPI Mina, que estava registrado sob a rubrica de minério de terceiros, em “estoque”.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Inflação

A inflação não teve impacto nas receitas da Companhia, pois não houve venda de minério de ferro ao longo de 2016.

Câmbio

-Em 2016

Os resultados da Companhia e suas controladas são suscetíveis a variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos/ativos atrelados ao dólar norte-americano. Adicionalmente, a Companhia não possui ativos financeiros dolarizados, não sendo, portanto, beneficiado por variação cambial credora decorrente de apreciação cambial do Real.

Taxas de Juros

Decorre da possibilidade da MMX e de suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a MMX e suas controladas, quando capitalizadas por meio de empréstimos e financiamentos, buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Em 31 de dezembro, o perfil da dívida da MMX é dividido em 96% em dólares norte-americanos, obtendo linhas de Trade Finance junto ao Banco IBM e 4% da dívida em Reais referente a empréstimo financeiro concedido pelo Banrisul.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Arrendamento MMX Corumbá

Em julho de 2014 a subsidiária da Companhia MMX Corumbá Mineração S.A. ("MMX Corumbá") – em Recuperação Judicial firmou com a Vetria Mineração S.A. ("Vetria") contratos referentes ao arrendamento de direitos minerários localizados em Corumbá, Mato Grosso do Sul, bem como a cessão de alguns contratos à Vetorial Mineração S.A. ("Vetorial"). Além da assinatura de documento para aquisição futura, pela Vetria, da totalidade das ações de emissão pela MMX Corumbá ("Contrato de Arrendamento").

O Contrato de Arrendamento contempla o que segue: (i) planta de beneficiamento de minério de ferro com capacidade de produção de 2 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, (ii) requerimentos e concessão de lavra, e requerimentos e alvarás de pesquisa correspondentes a uma área de mais de 100.000.000 m² e (iii) estoque de minério de ferro já lavrado. O Contrato de Arrendamento tem valor fixo e anual de US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares) a ser pago em parcela mensal a partir do 4º mês da data da celebração dos contratos.

Em janeiro de 2015 as partes envolvidas assinaram um instrumento de cessão por meio do qual todas as obrigações e direitos atribuídos no Contrato de Arrendamento à Vetorial foram cedidos à Vetorial Siderurgia, que por sua vez, no mesmo mês de janeiro, cedeu tais obrigações e direitos à empresa Vetorial Mineração Mucuru Ltda.

Em agosto de 2015 as partes celebraram o 1º Aditamento ao Contrato de Arrendamento alterando o termo final para implantação de certas condições suspensivas de agosto de 2015 para fevereiro de 2016.

Em fevereiro de 2016 as partes firmaram o 2º Aditivo ao Contrato de Arrendamento alterando novamente o termo final para a implementação das condições suspensivas para agosto de 2016.

Alienação das minas de Tico tico e Ipê no escopo da recuperação judicial

Em agosto de 2015 o plano de recuperação judicial apresentado pela MMX Sudeste Mineração S.A. ("MMX Sudeste") – em Recuperação Judicial em juízo foi aprovado ("Plano") (disponível para consulta em www.mmx.com.br e www.cvm.gov.br). O Plano prevê a venda de unidades de produção minerária ("UPI Mina"), terminais ferroviários ("UPI Terminais") e fazendas ("UPI Fazendas") como parte essencial do projeto de reestruturação da MMX Sudeste. Valores mínimos foram determinados para as UPI Fazendas e UPI Terminais, que deverão ser alcançados por meio de processos competitivos com a entrega de propostas fechadas, sendo o resultado transferido para os credores.

Com relação à UPI Mina, composta pelas minas de Ipê e Tico-Tico e respectivas unidades de processamento e barragens, além de demais ativos, contratos e licenças a elas relacionadas, a mesma foi alienada para um grupo de investidores, de forma que, como resultado final da

operação de venda, estes passaram a deter 51% de uma SPE proprietária dos ativos da UPI Mina e os 49% restantes estão sendo transferidos para os credores que não aderiram ao pagamento de outra forma.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Alienação de Participação Acionária no Porto Sudeste

Em 26 de fevereiro de 2014, nos termos dos contratos definitivos celebrados entre a MMX, seus acionistas controladores, Impala (uma divisão da Trafigura Pte. Ltd.) ("Trafigura") e Mubadala Development Company PJSC ("Mubadala"), (em conjunto "Investidores") foi concluída a operação de investimento dos Investidores na Porto Sudeste do Brasil S.A. ("Porto Sudeste"), companhia então subsidiária, proprietária do terminal portuário de movimentação de minério de ferro, mediante o aporte de capital da ordem de US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares) e a assunção pela Porto Sudeste da totalidade do endividamento bancário da subsidiária da Companhia MMX Sudeste Mineração S.A. Em Recuperação Judicial no valor aproximado de R\$1,3 bilhão.

Como resultado do investimento a MMX passou a deter indiretamente, à época, 35% (trinta e cinco por cento) de participação no capital social da Porto Sudeste e os Investidores a deter indiretamente os demais 65% (sessenta e cinco por cento) do capital social.

Em agosto de 2015, houve um aumento de capital na Porto Sudeste e a MMX, por não ter acompanhado tal aumento, teve sua participação societária diluída em 30%, passando a deter 4,76% do respectivo capital social.

Em fevereiro de 2017, houve novo aumento de capital que novamente não foi acompanhado pela MMX que foi diluída, uma vez mais, para 1,55% do respectivo capital social.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual não refletida nas demonstrações financeiras.

10.4 Comentários dos Diretores sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia avaliou que as novas deliberações e alterações de normas, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), bem como pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2015 não produzem impactos relevantes para a Companhia, de forma que as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas em estrito cumprimento às normas aplicáveis, conforme indicado acima.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Como mencionado acima, não houve alterações nas práticas contábeis e, portanto, não há que se comentar acerca dos efeitos significativos nas demonstrações financeiras em 2016.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 2016 foi emitido com abstenção de opinião, fundada nas seguintes bases reproduzidas abaixo:

i) Pedido de Recuperação Judicial de sua subsidiária MMX Sudeste Mineração S.A. – Em recuperação judicial. A Companhia não mensurou até a data de emissão das demonstrações financeiras todos os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tendo em vista a dependência de eventos futuros, tais como vendas de ativos, que podem ou não ocorrer;

ii) A reversão da situação econômica da Companhia depende do sucesso da conclusão do Plano de Recuperação Judicial da sua subsidiária MMX Sudeste Mineração S.A., além da necessidade de associações com novos investidores para continuar os projetos que permanecerão no portfólio da subsidiária. Essas condições indicam a existência de incertezas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional dos negócios da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e mensurados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

iii) A Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas

demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente.

Tal como os auditores independentes indicaram ao apresentar suas bases para emissão do relatório com abstenção de opinião, os fatores elencados acima, em especial aqueles presentes nos itens (i) e (ii) representam uma fonte de incertezas significativas sobre seu desfecho, de modo que existem eventos significativos futuros sobre os quais os auditores não poderiam prever seu desfecho.

Essa impossibilidade de se prever ou concluir, à época, como os ativos serão realizados e as obrigações liquidadas e, conseqüentemente, os impactos eventualmente gerados por cada um dos inúmeros possíveis desfechos de cada pequena operação é de tamanha relevância que, de acordo com as normas contábeis aplicáveis, os auditores não poderiam fazer um juízo de valor autônomo em que expresse uma opinião sobre as demonstrações financeiras, restando-lhe emitir um relatório com abstenção de opinião, tal como definido pelas normas contábeis aplicáveis.

A este respeito, a Companhia entende que abstenção de opinião dos auditores não se funda em qualquer limitação de acesso a documentos e informações que impossibilitasse o Auditor de apresentar relatório conclusivo, mas sim na dependência de definição de eventos futuros, que são incertos tanto para a Companhia como para os próprios Auditores.

Dessa forma, o relatório emitido com abstenção de opinião está de acordo com as normas contábeis aplicáveis, tendo em vista que, quando a abstenção de opinião decorrer de incertezas relevantes, como é o caso, o auditor deve expressar que, devido à relevância das incertezas descritas, não está em condições de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis. Novamente, isso não significa que as demonstrações financeiras em si estão em desacordo com as normas que lhes são aplicáveis.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no processo de aplicação das políticas e normas contábeis, exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam sua aplicação e os valores relatados de ativos, passivos,

receitas e despesas, de modo que os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia acredita que as principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras têm sido usadas de modo consistente. No entanto, nesse processo de aplicações das políticas contábeis, as seguintes estimativas utilizadas pela Administração da Companhia podem ser consideradas significativas, no entendimento que, se alteradas, poderiam acarretar em alterações contábeis relevantes:

Provisão para desmobilização dos ativos

É reconhecido na contabilidade uma obrigação pelo valor justo para a desmobilização dos ativos no período que ocorrerem, conforme notas explicativas. Para esta estimativa utilizam-se premissas como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo e projeções de produção.

A diretoria considera este item crítico, pois os valores envolvidos são expressivos e podem resultar em alterações consideráveis no resultado da companhia. As premissas supracitadas são usadas de acordo com parâmetros de mercado.

Provisão para Contingências Judiciais

As provisões para Contingências judiciais somente são registradas quando a possibilidade de perda for considerada provável pelos assessores e Diretoria Jurídica.

Este registro apenas ocorre quando o valor de perda possa ser razoavelmente estimado. Como a ocorrência ou não destes valores independe da atuação da Administração, avaliar estes passivos envolve um enorme exercício de julgamento e estimativas.

A crise econômico-financeira pela qual passa a companhia resultou em um grande aumento das contingências judiciais. Por este motivo, a diretoria entende que este item passa a ser crítico. No entanto, e para mitigar erros de avaliação, a Companhia utiliza-se de pareceres de escritórios contratados para a valoração das contingências.

Redução ao valor recuperável de ativos.

Anualmente a Companhia testa seus ativos, utilizando geralmente o critério de fluxo de caixa descontado. Como este critério depende de várias estimativas, a diretoria considera este item também crítico.

A diretoria julga ser de extrema importância esta política contábil, pois ao longo dos últimos 3 anos a Companhia foi obrigada a realizar vários testes de *impairment*, chegando ao caso extremo de zerar o valor do ativo da MMX Sudeste Mineração (em Recuperação Judicial).

A venda da UPI Mina refletiu positivamente no resultado de 2016 exatamente em função da Companhia ter efetuado previamente o *impairment* da maioria dos seus ativos envolvidos na transação, de forma que as respectivas baixas tiveram efeito zero no resultado. Caso contrário, o resultado da transação seria negativo.

10.6 Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

Não existem saldos relevantes não apresentados nas Demonstrações Financeiras.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não constam descritos no item 10.8 a.

10.7 Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, indicando:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme mencionado no item 10.6 a.

b. Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 a.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 a.

10.8 Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

As dificuldades da empresa e a severidade das condições do ambiente de negócios no mercado de mineração levaram a Companhia a solicitar em 16 de outubro de 2014 o pedido de recuperação judicial da sua subsidiária MMX Sudeste Mineração S.A – Em Recuperação Judicial, até então a principal unidade de produção de minério de ferro e de geração de receitas. A medida procurou proteger os ativos da Companhia, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas, contingenciando de maneira responsável os recursos

existentes em caixa. O Plano de recuperação (disponível para consulta em www.mmx.com.br e www.cvm.gov.br) foi aprovado em assembleia de credores realizada em 28 de Agosto de 2015 e homologada pelo juízo da recuperação judicial em 23 de Setembro de 2015.

Em continuidade ao processo de reestruturação, a Companhia solicitou em 25 de novembro de 2016 o pedido de recuperação judicial, juntamente com sua subsidiária MMX Corumbá Mineração S/A – em recuperação judicial, que foi deferido em 19 de dezembro do mesmo ano. Em 23 de março de 2017, foi apresentado o plano de recuperação judicial que deverá ser apreciado e posteriormente aprovado em Assembleia Geral de Credores, ainda a ser agendada.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve, nos últimos 3 anos, nenhuma aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar a atual capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O último projeto de expansão da Companhia foi cancelado em 2014-2015, por conta da situação de deterioração da situação do mercado mundial de minério de ferro, assim como de sua situação financeira. A Companhia não possui atualmente novos produtos ou serviços em perspectiva ou desenvolvimento.

10.9 Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Como as operações continuam suspensas, não houve venda de minério de ferro, e portanto as constantes mudanças no mercado siderúrgico mundial não tiveram impacto direto sobre a Companhia ao longo de 2016.

ANEXO II

ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (Informações complementares relativas à proposta de eleição de membros da administração)

MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.5 Principais informações dos administradores e membros do Conselho Fiscal da MMX Mineração e Metálicos S.A.

Conselho de Administração

Nome		
CPF	Data de Nascimento	Profissão
Data da Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato
Órgão da Administração	Foi Eleito pelo Controlador?	Cargo Eletivo Ocupado
Outros Cargos e Funções Exercidos no Emissor	Número de Mandatos Consecutivos	É Membro Independente?*
Principais Experiências Profissionais		
Possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo CVM ou transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer?		
*Critério Utilizado pela Companhia para Determinar a Independência do Membro do Conselho de Administração.		

Pedro de Moraes Borba		
021.815.777-06	06/09/1972	Advogado
29/04/2016	29/04/2016	AGO 2018
Conselho de Administração	Não	Presidente do Conselho de Administração
Nenhum	1	-
Pedro de Moraes Borba é graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro e Pós Graduado em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas/RJ. Ocupa o cargo de Diretor Jurídico da EBX Holding Ltda. Trabalha no Grupo EBX há 13 anos, atuando em diversos assuntos ligados à área de infraestrutura, notadamente na área de logística e mineração. Ocupa também o cargo de conselheiro de administração nas companhias EBX Brasil S.A. e Centennial Asset Participações Açu S.A., ambas do Grupo EBX.		
Não		

Linhong Zhang		
705.346.771-69	23/12/1975	Engenheiro
29/04/2016	29/04/2016	AGO 2018
Conselho de Administração	Não	Membro do Conselho de Administração
Nenhum	3	Não
É Diretor de Investimentos da Wisco Overseas Mineral Department e Diretor Financeiro da Wisco Brasil Investimentos em Metalurgia Ltda. desde abril de 2013. Iniciou sua carreira no grupo Wisco em 2004, tendo ocupado diversos cargos tais como Diretor Financeiro da Wugang Canada Resources Investment Limited e diretor responsável pela área de gestão de ativos. Linhong Zhang é mestre em finanças pela Universidade de Northeastern, escola de negócios e administração, e graduado em engenharia metalúrgica pela Universidade de Northeastern, escola de ciências materiais e metalurgia.		
Não		

Flavia Soeiro Nascimento		
016.729.567-57	19/11/1972	Advogada
29/04/2016	29/04/2016	AGO 2018
Conselho de Administração	Sim	Membro Independente do Conselho de Administração
Nenhum	2	-

É formada em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pós-graduada em direito civil pela Universidade Cândido Mendes. Possui 3 anos de experiência em empresa do varejo têxtil, como head do departamento jurídico. Nos 17 anos anteriores, acumulou experiência profissional em grandes escritórios de advocacia nas áreas de contencioso e consultivo cível e trabalhista.

Não

Julio Alfredo Klein Junior

314.880.727-87	15/04/1955	Contador
29/04/2016	29/04/2016	AGO 2018
Conselho de Administração	Não	Membro do Conselho de Administração
Nenhum	3	-

É graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Junior do Instituto Brasileiro de Contabilidade e pós-graduado em Contabilidade Gerencial pela Fundação Getúlio Vargas em 1988. Atualmente, faz parte do Conselho de Administração da OSX Brasil S.A. – Em Recuperação Judicial ("OSX") (desde 2013) e Óleo e Gás Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (desde 2013). Atuou, ainda, como membro do Comitê de Auditoria da OSX desde sua criação em 2010 até 2013. Sua formação na Petrobras inclui o Curso de Preparação para Auditores Internos em 1984. Atuou na Petrobras onde chefiou a Divisão de Contabilidade de Custos e a Divisão de Normas e Controle Interno. Atuou como conselheiro fiscal, indicado pela Gaspetro, na Companhia Potiguar de Gás - Potigas (2003 a 2008) e na Companhia de Gás da Bahia - Bahiagas (2002 a 2003). Foi liquidante da Indústria Carboquímica Catarinense - ICC, designado pela Gaspetro (2002 a 2008). Presidiu o conselho fiscal da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, indicado pela Petrobras (1994-1998). Foi professor titular da cadeira de Contabilidade Industrial na Faculdade Moraes Junior.

Não

Ricardo Furquim Werneck Guimarães

015.315.477-29	21/01/1971	Economista
29/04/2016	29/04/2016	AGO 2018
Conselho de Administração	Não	Membro do Conselho de Administração
Diretor Presidente e Diretor de Rel. Invest - eleição:03/08/2015, posse: 05/08/2015, mandato:03/08/2016	3	-

É graduado em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo com pós-graduação em Negócios Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas. É Diretor sem designação específica da MMX Mineração e Metálicos S.A., desde abril de 2013, responsável pela área comercial e operacional da Companhia. Possui mais de 15 anos de experiência na área comercial de mineração e de siderurgia, tendo conduzido o lançamento da MMX no mercado transoceânico de minério de ferro em 2006 onde permaneceu até 2008, quando foi transferido para Anglo American, fruto da venda dos ativos Minas-Rio e Amapá. Durante sua carreira, atuou em diversas funções comerciais em empresas como Vale, Nova Era Silicon, Companhia Siderúrgica Tubarão e Anglo American. Retornou ao Grupo EBX em 2012, ocupando a posição de Gerente de Planejamento Estratégico da Prumo Logística S.A. (anteriormente designada como LLX Logística S.A.).

Não

Conselho Fiscal

**O Conselho Fiscal da Companhia não encontra-se instalado.*

Nome		
CPF	Data Nascimento	Profissão
Data Eleição	Data Posse	Prazo Mandato
Órgão da Administração	Foi Eleito pelo Controlador?	Cargo Eletivo Ocupado
Outros Cargos e Funções Exercidos no Emissor	Número de Mandatos Consecutivos	É Membro Independente? Qual o Critério para Determinar a Independência?
Principais Experiências Profissionais		
Possui qualquer condenação criminal, em processo administrativo CVM ou transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer?		

Alexandre de Souza Gontijo

823.299.827-04	11/08/1967	Advogado
26/08/2015	26/08/2015	AGO de 2016
Apenas Conselho Fiscal	Não	Membro do Conselho Fiscal
Nenhum	0	Não

É graduado em Direito pela Faculdade de Direito Estácio de Sá. Atua na advocacia cível e comercial, com ênfase na área de recuperação de créditos de pessoas jurídicas de direito público e privado e na coordenação e gerência jurídica de departamentos jurídicos. Possui larga experiência em Parcerias Público Privadas, procedimentos licitatórios, operações imobiliárias, elaboração de contratos, falências e defesa dos interesses de credores com impugnações e declarações de créditos. É ainda autor de artigos jurídicos publicados em Jornais e Revistas Jurídicas, notadamente na área imobiliária e falimentar, inclusive recuperação judicial de empresas.

Alexandre de Souza Gontijo declara, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade

profissional ou comercial.		
Augusto Carneiro de Oliveira Filho		
779.545.807-68	25/07/1964	Advogado
26/08/2015	26/08/2015	AGO de 2016
Apenas Conselho Fiscal	Não	Membro do Conselho Fiscal
Nenhum	0	Não
Augusto Carneiro de Oliveira Filho é graduado em Direito, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. É sócio líder da área corporativa do Escritório Doria, Jacobina e Gondinho, desde 2014 e foi sócio Coordenador do Setor Societário e Contratual do Escritório Siqueira Castro Advogados no Rio de Janeiro, entre julho de 2007 e julho de 2014. Atua com ênfase na área societária e de mercado de capitais e participação na estruturação de Fundos de Investimento em Direito Creditório, Fundos de Investimento Imobiliário, debêntures e bonds no exterior. Desempenho também a função de Gerente Geral Jurídico, da Parapanema S/A, entre 1996 e 2007.		
Augusto Carneiro de Oliveira Filho declara, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.		

Edvaldo Souza dos Santos		
453.694.108-34	10/04/1969	Empresário
30/04/2015	30/04/2015	AGO de 2016
Apenas Conselho Fiscal	Não	Membro do Conselho Fiscal
Nenhum	0	Não
É graduado em administração de empresas tendo desenvolvido sua carreira desenvolvida na área comercial, com experiências na liderança de equipes, gestão de vendas e prospecção, fidelização de clientes e comercialização.		
Edvaldo Souza dos Santos declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.		

Suplentes do Conselho Fiscal

Antonio Alvares Duarte (suplente de Alexandre de Souza Gontijo)		
087.419.306-06	07/08/1948	Contador
26/08/2015	26/08/2015	AGO de 2016
Apenas Conselho Fiscal	Não	Membro do Conselho Fiscal
Nenhum	0	Não
É tecnólogo em Contabilidade e atuou como gerente da área contábil de todas as empresas do grupo Mendes Júnior Engenharia S/A. Foi eleito como Conselheiro Fiscal em abril de 2014 da Companhia Júnior Engenharia S/A.		
Antonio Alvares Duarte declara, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.		

Afonso Henrique Cordeiro (suplente de Augusto Carneiro de Oliveira Filho)		
592.319.207-15	22/01/1959	Advogado
26/08/2015	26/08/2015	AGO de 2016
Apenas Conselho Fiscal	Não	Membro do Conselho Fiscal
Nenhum	0	Não
É graduado em direito pela Faculdade Cândido Mendes, mestre em direito tributário pela Universidade de Estácio de Sá, especializado em advocacia corporativa com ênfase em direito empresarial; tributário e mineral, tendo atuado em grandes escritórios jurídicos nacionais e em empresas de ponta no cenário mineral e de metalurgia, tendo como destaque o exercício do cargo de Gerente Jurídico Corporativo da Mineração Caraíba S/A.		
Afonso Henrique Cordeiro declara, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.		

Karla Samaly Barbosa de Almeida (suplente de Edvaldo Souza dos Santos)		
627.437.675-53	05/02/1972	Empresária
30/04/2015	30/04/2015	AGO de 2016
Apenas Conselho Fiscal	Não	Membro do Conselho Fiscal
Nenhum	0	Não
Teve sua carreira desenvolvida na área empresarial de vendas e gestão de pessoas, sendo parte, desde 1997, da Diretoria Executiva Financeira da Companhia Comercial Recôncavo de Combustíveis Ltda.		
Karla Samaly Barbosa de Almeida declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera		

Diretoria

Ricardo Furquim Werneck Guimarães		
015.315.477-29	21/01/1971	Economista
03/08/2015	05/08/2015	03/08/2016
Diretoria	Não	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Membro do Conselho de Administração	-	-
É graduado em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo com pós-graduação em Negócios Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas. É Diretor sem designação específica da MMX Mineração e Metálicos S.A., desde abril de 2013, responsável pela área comercial e operacional da Companhia. Possui mais de 15 anos de experiência na área comercial de mineração e de siderurgia, tendo conduzido o lançamento da MMX no mercado transoceânico de minério de ferro em 2006 onde permaneceu até 2008, quando foi transferido para Anglo American, fruto da venda dos ativos Minas-Rio e Amapá. Durante sua carreira, atuou em diversas funções comerciais em empresas como Vale, Nova Era Silicon, Companhia Siderúrgica Tubarão e Anglo American. Retornou ao Grupo EBX em 2012, ocupando a posição de Gerente de Planejamento Estratégico da Prumo Logística S.A. (anteriormente designada como LLX Logística S.A.).		
Não		

Regina Maria Arrigoni Urzedo Rocha		
082.543.177-80	03/07/1979	Advogada
16/11/2016	16/11/2016	AGO 2017
Diretoria		Diretor sem designação específica
Nenhum	Nenhum	
Graduada em Ciências Sociais e Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com pós-graduação (LLM) em Direito Marítimo pela University College London. Passou a integrar o Grupo EBX em 2007, tendo ingressado na empresa de navegação NVX, na qual permaneceu até o final de 2008, quando foi transferida para o Departamento Jurídico da MMX.		
Não		

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Conselho de Administração

	Reuniões em 2016 após a posse	Participação	% Participação
Ricardo Werneck	10	10	100%
Julio Klein	10	10	100%
Linhong Zhang	10	7	70%
Flavia Nascimento	10	9	90%
Pedro de Moraes Borba	8	8	100%

Conselho Fiscal

	Reuniões em 2016 após a posse	Participação	% Participação
Alexandre de Souza Gontijo	1	1	100%
Augusto Carneiro de Oliveira Filho	1	1	100%
Edvaldo Souza dos Santos	1	0	0%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável. A Companhia não possui comitês estatutários, de auditoria, de risco e de remuneração.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável. A Companhia não possui comitês estatutários, de auditoria, de risco e de remuneração.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Não aplicável.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:
e

Não aplicável.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Não aplicável.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor:

Não há.

b. Controlador direto ou indireto do emissor:

Não aplicável.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não há.

ANEXO III

Em cumprimento ao artigo 12 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a **MMX Mineração e Metálicos S.A. – Em Recuperação Judicial** (“Companhia” ou “MMX”) fornece, abaixo, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, regime informacional previsto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a que emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estão sujeitos:

13. Remuneração dos Administradores

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a remuneração anual global dos administradores da Companhia é fixada pela Assembleia Geral Ordinária, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

A estratégia de remuneração da Companhia utiliza o mercado como referência considerando os principais competidores buscando estar alinhado com as melhores práticas e garantindo sua competitividade. O principal objetivo é valorizar e manter os profissionais chave para a Companhia.

b. Composição da remuneração

Conselho de Administração

Remuneração fixa

Desde abril de 2012, os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa mensal (honorários).

Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP

A Companhia cancelou o Plano de Incentivo de Longo Prazo.

Diretoria Estatutária e não Estatutária

Remuneração Fixa

A remuneração fixa é composta por montante fixo mensal, definido de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as melhores práticas do mercado. Tem como objetivo remunerar a atuação do diretor de acordo com o seu escopo de atuação e senioridade.

Remuneração Variável

A remuneração variável de curto prazo é composta por montante anual baseado no atingimento de metas da companhia. Tem como objetivo remunerar os resultados atingidos pelos Diretores de acordo com seu desempenho e mantê-los na Companhia.

Benefícios

Os benefícios disponibilizados pela Companhia aos Diretores incluem Vale Alimentação, Vale Refeição, Plano de Saúde, Plano Odontológico que estendem-se a seus dependentes, além de Seguro de Vida.

	<u>Remuneração Fixa</u>	<u>Remuneração Variável</u>	<u>Benefícios</u>	<u>Plano de Opções da Companhia</u>	<u>Plano de Opções do Controlador</u>	<u>Total</u>
Conselho de Administração	72,46%	27,54%	-	-	-	100,00%
Diretoria	34,99%	63,52%	1,49%	-	-	100,00%

Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP

A Companhia cancelou o Plano de Incentivo de Longo Prazo.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

Os percentuais calculados são baseados na remuneração do exercício social encerrado em 31.12.2016, conforme a tabela descritiva no item 13.2.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O cálculo da remuneração dos administradores é definido utilizando o mercado como referência sendo que o montante anual é aprovado da Assembleia Geral. O reajuste é baseado na prática do mercado verificada através de pesquisa salarial e no caso da diretoria meritocracia sempre observando a competitividade externa.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração é baseada em referências de mercado permitindo refletir a responsabilidade do cargo e nível de competitividade com o mercado. Com a utilização de componentes de remuneração variados, a Companhia busca incentivar a melhoria da gestão, atração e retenção dos administradores assim como o alinhamento com os interesses dos acionistas.

(v) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

O Sr. Ricardo Furquim Werneck Guimarães é o único membro não remunerado do Conselho de Administração por já desempenhar a função de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração variável de curto prazo tem como objetivo remunerar os resultados atingidos pelos Diretores de acordo com seu desempenho e retorno para a Companhia.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é fixada a partir de consultas ao mercado para definição de valores e leva em consideração as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e reputação profissional.

A depender do cenário em que a Companhia está inserida, determinados fatores podem acabar sobressaindo sobre outros, de maneira que os indicadores de desempenho não estão necessariamente vinculados a uma performance econômico-financeira de curto prazo da Companhia, mas também a gestão de crise e redução de perdas, por exemplo.

Dessa forma, para que a Companhia possa reter membros em panoramas críticos em que seja necessário o conhecimento profundo da complexa organização e operacionalização da Companhia, por parte dos membros da Administração, ou mesmo para que se nomeie novos membros com um alto grau de senioridade e conhecimento do mercado, a remuneração pode se projetar como aparentemente desalinhada com os resultados econômico-financeiros correntes da Companhia.

No ano de 2014, quando a Companhia passava por uma época delicada de crise e conseqüente transição para um processo de recuperação judicial, a diferença da remuneração da Administração da Companhia, se comparada ao exercício anterior (*i.e.*, 2013) reflete, por exemplo, o quão essencial é manter os membros da Administração estimulados a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia de um modo sustentável, mesmo que de frente a um cenário temerário.

Além disso, ainda com respeito aos valores previstos para 2014, o incremento na remuneração global se deu igualmente pela troca de todo o comando da Companhia, com a substituição de 3 (três) conselheiros e de 2 (dois) diretores executivos, inclusive o Diretor-Presidente.

A remuneração dos anos subsequentes (2015 e 2016), refletem o momento vivido pela companhia, onde a remuneração dos executivos visa: (i) mantê-los na companhia, (ii) o cumprimento de metas vinculadas a sobrevivência e o soerguimento da companhia e (iii) o comprometimento frente aos riscos, típicos de uma empresa na situação em que se encontra a companhia atualmente. Tal situação passa a ser comum em várias outras empresas brasileiras que enfrentam

dificuldades financeiras e que ainda assim, necessitam de executivos capazes de enfrentar a crise e dispostos a assumir riscos.

A definição da remuneração, portanto, apresenta *drivers* distintos daqueles de uma empresa operacional e provedora de bons resultados. O foco é a reestruturação de dívidas, gestão de crise e redução de perdas, manutenção da liquidez e, por último, ao enfretamento de riscos associados aos desafios impostos pela crise generalizada.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

As remunerações fixa e variável buscam estimular a melhor gestão, atração e retenção dos administradores, buscando ganhos pelo comprometimento com os resultados de curto e médio prazo, assim como pelo seu comprometimento e capacidade de gerir crises e assumir riscos e responsabilidades.

Importante ressaltar que a remuneração fixa dos administradores, encontra-se congelada em valores nominais, desde setembro de 2014. A remuneração variável vem sendo estabelecida anualmente de acordo com as metas deliberadas pelo Conselho de Administração e, em última instância, aprovada em AGE.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não se aplica.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	2		7
Nº de membros remunerados	4	2		6
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	380.000,00	1.836.000,00		2.216.000,00
Benefícios direto e indireto	0	93.834,00		93.834,00
Participações em comitês	0	0		0
Outros	0	367.200,00		367.200,00
Descrição de outras remunerações fixas	0	0		0
Remuneração variável				

Bônus	1.000.000,00	4.000.000,00		5.000.000,00
Participação de resultados	0	0		0
Participação em reuniões	0	0		0
Comissões	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0		0
Cessação do cargo	0	0		0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0		0
Observação				
Total da remuneração	1.380.000,00	6.297.034,00		7.677.034,00

Remuneração do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	2		7
Nº de membros remunerados	4	2		6
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	387.100,00	2.275.304,44		2.662.404,44
Benefícios direto e indireto	0	97.787,78		97.787,78
Participações em comitês	0	0		0
Outros	0	1.238.247,06		1.238.247,06
Descrição de outras remunerações fixas	0	0		0
Remuneração variável				
Bônus	0	3.915.930,85		3.915.930,85
Participação de resultados	0	0		0
Participação em reuniões	0	0		0
Comissões	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0		0
Cessação do cargo	0	0		0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0		0
Observação				
Total da remuneração	387.100,00	7.527.270,13		7.914.370,13

Remuneração do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	2	3	10
Nº de membros remunerados	4	2	3	9

Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	401.833,00	2.084.966,00	43.400,00	2.530.199,00
Benefícios direto e indireto	0	99.391,00	0	99.391,00
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	1.989.529,00	0	1.989.529,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	7.862.676,00	0	7.862.676,00
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0	0	0
Observação				
Total da remuneração	401.833,00	12.036.562,00	43.400,00	12.481.795,00

Remuneração do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,6	2,8		10,4
Nº de membros remunerados	0	0		0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	650.000,00	2.905.175,00		3.555.175,00
Benefícios direto e indireto	0	171.350,00		171.350,00
Participações em comitês	0	0		0
Outros	0	3.273.469,00		3.273.469,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	19.003.625,00		19.003.625,00
Participação de resultados	0	0		0
Participação em reuniões	0	0		0
Comissões	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0		0
Cessação do cargo	0	0		0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0		0

Observação				
Total da remuneração	650.000,00	25.353.619,00		26.003.619,00

13.3 Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2017)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	2		7
Nº de membros remunerados	4	2		6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0		
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.000.000,00	4.000.000,00		5.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	1.000.000,00	4.000.000,00		5.000.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	2		7
Nº de membros remunerados	4	2		6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração		4.344.828		4.344.828
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		4.344.828		4.344.828
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				
---	--	--	--	--

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	2		9
Nº de membros remunerados	4	2		8
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração		4.968.000		4.968.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		4.968.000		4.968.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social		7.862.676		7.862.676
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,6	2,8		10,4
Nº de membros remunerados	7,6	2,8		10,4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0		
Valor máximo previsto no plano de remuneração		19.003.625		19.003.625
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas		19.003.625		19.003.625
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social		19.003.625		19.003.625
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas				

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

a. Termos e condições gerais

Não se aplica.

b. Principais objetivos dos Planos

Não se aplica.

c. Forma como os planos contribuem para esses objetivos

Não se aplica.

d. Como os planos se inserem na política de remuneração da Companhia

Não se aplica.

e. Como os planos alinham os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não se aplica.

f. Número máximo de ações abrangidas

Não se aplica.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica.

h. Condições de aquisição de ações

Não se aplica.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não se aplica.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Não se aplica.

k. Forma de liquidação

Não se aplica.

l. Restrições à transferência das ações

Não se aplica.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não se aplica.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica.

13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Não há previsão de remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração ou para Diretoria Estatutária em 2017, tal como ocorrido em 2016.

Remuneração baseada em ações para o exercício social de 2016

		quantidade de opções outorgadas ¹		data da outorga	data em que se tornarão exercíveis ²	Prazo máximo para exercício das opções	prazo de restrição à transferência das ações	Valor justo na data outorga (em reais)	Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações outorgadas
		Número de membros do Órgão	Conselho de Administração						
Plano Companhia	Plano 2011	0	-	14/2/2011	14/2/2012 e 2018	1 ano após a maturação do último lote	Não há	3.085.494	0,08%
	Plano 2011	0	-	1/11/2011	01/11/2012 a 01/11/2021	1 ano após a maturação	3 anos	4.732.046	Não há
Plano Controlador ³		0	-	14/12/2010	14/12/2011	1 ano após a maturação	Não há	940.650	Não há
	Plano MPX								

¹ Conforme posição de opções em aberto ao final do exercício social.

² No Plano 2011 da Companhia cada Participante poderá exercer na proporção 10% nos quatro primeiros anos e 20% para os três anos seguintes. No Plano do Controlador, poderão ser exercidas pelo Participante na proporção de 10% a cada um dos 10 aniversários.

³ O prazo máximo para exercício das opções será de 01 (um) ano a contar da data em que se tornaram exercíveis, podendo no entanto as parcelas que se tornarem exercíveis durante o período de lock-up ter o seu prazo máximo de exercício prorrogado até o final do período de lock-up.

Remuneração baseada em ações para o exercício social de 2015

		quantidade de opções outorgadas ¹				data da outorga	data em que se tornarão exercíveis ²	Prazo máximo para exercício das opções	prazo de restrição à transferência das ações	Valor justo na data outorga (em reais)	Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações outorgadas
		Número de membros do Órgão	Conselho de Administração	Diretoria							
Plano Companhia	Plano 2011	0	-	0	14/2/2011	14/2/2012 e 2018	1 ano após a maturação do último lote	Não há	3.085.494	0,08%	
	Plano 2011	0	-	0	1/11/2011	01/11/2012 a 01/11/2021	1 ano após a maturação	3 anos	4.732.046	Não há	
Plano Controlador ³		0	-	0	14/12/2010	14/12/2011	1 ano após a maturação	Não há	940.650	Não há	
	Plano MPX										

¹ Conforme posição de opções em aberto ao final do exercício social.

² No Plano 2011 da Companhia cada Participante poderá exercer na proporção 10% nos quatro primeiros anos e 20% para os três anos seguintes. No Plano do Controlador, poderão ser exercidas pelo Participante na proporção de 10% a cada um dos 10 aniversários.

³ O prazo máximo para exercício das opções será de 01 (um) ano a contar da data em que se tornaram exercíveis, podendo no entanto as parcelas que se tornarem exercíveis durante o período de lock-up ter o seu prazo máximo de exercício prorrogado até o final do período de lock-up.

Remuneração baseada em ações para o exercício social de 2014

		quantidade de opções outorgadas ¹				data da outorga	data em que se tornarão exercíveis ²	Prazo máximo para exercício das opções	prazo de restrição à transferência das ações	Valor justo na data outorga (em reais)	Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações outorgadas
		Número de membros do Órgão	Conselho de Administração	Diretoria							
Plano Companhia	Plano 2011	1	-	275.000	14/2/2011	14/2/2012 e 2018	1 ano após a maturação do último lote	Não há	3.085.494	0,08%	
	Plano 2011	0	-	0	1/11/2011	01/11/2012 a 01/11/2021	1 ano após a maturação	3 anos	4.732.046	Não há	
Plano Controlador ³		0	-	0	14/12/2010	14/12/2011	1 ano após a maturação	Não há	940.650	Não há	
	Plano MPX										

¹ Conforme posição de opções em aberto ao final do exercício social.

² No Plano 2011 da Companhia cada Participante poderá exercer na proporção 10% nos quatro primeiros anos e 20% para os três anos seguintes. No Plano do Controlador, poderão ser exercidas pelo Participante na proporção de 10% a cada um dos 10 aniversários.

³ O prazo máximo para exercício das opções será de 01 (um) ano a contar da data em que se tornaram exercíveis, podendo no entanto as parcelas que se tornarem exercíveis durante o período de lock-up ter o seu prazo máximo de exercício prorrogado até o final do período de lock-up.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.6 Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Não há.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não há.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens "13.6" a "13.8", tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

	2016		2015		2014	
	Plano da Companhia	Plano do Controlador	Plano da Companhia	Plano do Controlador	Plano da Companhia	Plano do Controlador
Total de opções concedidas	-	-	-	-	-	-
Preço médio de exercício da opção	-	-	-	-	-	-
Valor justo médio da opção na data	-	-	-	-	-	-
Volatilidade média estimada do preço	-	-	-	-	-	-
Dividendo esperado	-	-	-	-	-	-
Taxa média de retorno livre de risco -	-	-	-	-	-	-
Duração da opção (em anos)	-	-	-	-	-	-

a. Metodologia

Plano da Companhia

Para determinar o valor justo (*fair value*) do programa de outorga de opções foi utilizado o modelo de Merton (1973), uma variante do modelo de Black & Scholes (1973) que considera o pagamento de dividendos.

Plano do Controlador

Para determinar o valor justo do programa de outorga de opções do Plano da Companhia foi utilizado o modelo de Black & Scholes.

b. Parâmetros para Avaliação das Opções

Plano da Companhia

(i) Forma de determinação da volatilidade esperada

A limitada série histórica de cotações em bolsa das ações da MMX não garante uma projeção confiável de volatilidade futura dos preços a partir de dados passados. Foi mantida como proxy, portanto, a série histórica de preços das ações preferenciais da Vale (VALE5). A definição de janela temporal para estimação da volatilidade futura esperada (isto é, a extensão da série histórica de dados analisada) também foi mantida como igual ao prazo T da opção à qual esta será aplicada na precificação.

(ii) Taxa de Dividendos Esperada

A MMX ainda não distribuiu quaisquer quantias a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio desde a sua constituição. Foi mantida, portanto, a hipótese de que não serão pagos dividendos durante a vida do programa de outorga de opções.

(iii) Taxa Livre de Risco

Foram utilizadas as taxas de referência para ajustes de contratos de SWAP com cupom de IPCA, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

(iv) Taxa de Abandono do Programa

Não há registro de abandono por parte de executivos participantes do programa de incentivo desde a sua criação.

Plano do Controlador

(i) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para o cálculo da volatilidade da ação, nos casos em que não havia série histórica dos preços da ação, foi utilizada uma aproximação pelo beta médio das empresas semelhantes, aplicado ao índice Bovespa.

A definição de janela temporal para estimação da volatilidade futura esperada (isto é, a extensão da série histórica de dados analisada) também foi mantida como igual ao prazo T da opção à qual esta será aplicada na precificação.

(ii) Taxa de Dividendos Esperada

Na data de outorga, não havia estimativa de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Por este motivo, foi considerada, a hipótese de que não serão pagos dividendos durante a vida do Plano da Companhia.

(iii) Taxa Livre de Risco

A taxa de juros livre de risco foi determinada a partir das projeções de mercado.

(iv) Taxa de Abandono do Programa

Não há registro de abandono por parte de executivos participantes do programa de incentivo desde a sua criação.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Posição Acionária em 31 de dezembro de 2016				
Órgão	MMX	CCX	OGPAR	OSX
Diretoria Estatutária	-	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	-	-

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 Planos de Previdência

Não há qualquer plano de previdência para os administradores da Companhia.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	2	2	2,8	5	5	7,6
Nº de membros remunerados	2	2	0	4	4	0
Valor da maior remuneração(Reais)	4.677.824,80	7.137.513,68	6.931.463,10	180.000,00	100.458,25	180.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	2.849.445,33	4.899.048,39	6.931.463,10	60.000,00	100.458,25	60.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	3.763.635,07	6.018.281,03	5.042.723,85	96.775,00	100.458,25	72.222,22

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou

indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto em relação aos 3 últimos exercícios sociais.

Órgão	EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		
	2016	2015	2014
Conselho de Administração	0%	0%	27,69%
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%

A parte relacionada era o Sr. Eliezer Batista, pai do Presidente do Conselho de Administração e Controlador, que integrou o Conselho de Administração da Companhia até 2014.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

As tabelas abaixo resumem o pagamento de remuneração, referente aos exercícios de 2016, 2015 e 2014 para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal reconhecidos no resultado de sociedades sob controle comum da Companhia: (i) MPX Energia SA, (ii) OSX Brasil SA, (iii) OGX Petróleo e Gás Participações AS; (iv) LLX Logística S.A.; e (v) CCX Carvão da Colômbia S.A. Não houve remuneração reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, e de controladas da Companhia:

Exercício social 2016 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2015 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2014 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	2.897.586	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Outras informações relevantes

Conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29.04.2016, a remuneração anual para os Administradores (Conselho de Administração, Comitês a ele vinculados e Diretoria) da Companhia para o exercício social de 2016 no montante global de total de até R\$ 8.584.000,00 (oito milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil reais), não necessariamente será despendido integralmente e vigorará até a Assembleia Geral ordinária da Companhia a realizar-se em 2017. Tal montante será distribuído em razão das responsabilidades assumidas, do tempo dedicado à Companhia e da competência profissional de cada Administrador, incluindo a parcela a ser dedicada à retenção dos Administradores, de modo a assegurar a estabilidade na gestão e na consecução do plano de negócios da Companhia.